

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Desportos no Gelo

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Confederação não possui controle individualizado dos bens registrados no ativo imobilizado. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da depreciação acumulada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de abril de 2017, com as seguintes modificações, (i) Adiantamento concedido pela Confederação à Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, (ii) Ausência do controle patrimonial e parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional.

Durante o exercício de 2017, constatamos a regularização da primeira ressalva e do parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional. Por esses motivos, manteremos a ressalva sobre a depreciação dos bens do imobilizado.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 16 de abril de 2018.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2 "S" RS

A handwritten signature in black ink, appearing to read "L. Soares".

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9 "S" RS



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	463.237	318.792	Contas a pagar	257.384	257.124
Outros créditos	6.686	100.440	Obrigações fiscais e sociais	31.574	49.536
	469.923	419.232	Governamentais	198.828	219.416
				487.786	526.076
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	166.014	213.064	Patrimônio social	98.045	98.045
Intangível	3.434	3.434	Déficits acumulados	53.540	11.609
	169.448	216.498		151.585	109.654
TOTAL DO ATIVO	639.371	635.730	TOTAL DO PASSIVO	639.371	635.730

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	2.183.718	2.409.028
Receitas de eventos e campeonatos	292.996	-
Patrocínios	110.000	-
Outras receitas operacionais	27.134	150.685
	<u>2.613.848</u>	<u>2.559.713</u>
DESPESAS		
Despesas gerais	(501.910)	(114.564)
Despesas administrativas	(1.446.518)	(1.573.853)
Despesas com pessoal	(611.425)	(509.842)
Despesas tributárias	(9.173)	(66.987)
Resultado financeiro líquido	(7.859)	9.481
	<u>(2.576.885)</u>	<u>(2.255.765)</u>
Superávit do exercício	<u>36.963</u>	<u>303.948</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	98.045	(291.751)	(193.706)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(588)	(588)
Superávit do exercício	-	303.948	303.948
Saldos em 31 de dezembro de 2016	98.045	11.609	109.654
Ajustes de exercícios anteriores	-	4.968	4.968
Superávit do exercício	-	36.963	36.963
Saldos em 31 de dezembro de 2017	98.045	53.540	151.585

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	36.963	303.948
Ajustes		
Depreciação	48.850	59.602
Ajustes de exercícios anteriores	4.968	(588)
Perdas no recebimento de crédito	98.000	-
	<u>188.781</u>	<u>362.962</u>
Varição no ativo/passivo circulante		
Outros créditos	(4.246)	(2.440)
Contas a pagar	260	1.600
Obrigações fiscais e sociais	(17.962)	10.107
Governamentais	(20.588)	(103.613)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>146.245</u>	<u>268.616</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.800)	(252.360)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	<u>(1.800)</u>	<u>(252.360)</u>
	<u>144.445</u>	<u>16.256</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	318.792	302.536
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	463.237	318.792
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>144.445</u></u>	<u><u>16.256</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, designada pela sigla CBDG, sucessora da Associação Brasileira de Bobsled, Skeleton e Luge (ABBSL), filiada à Federação Internacional de Bobsled e Skeleton (FIBT), à Federação Internacional de Luge (FIL), à Federação Internacional de Patinação no Gelo (ISU), à Federação Internacional de Hóquei no Gelo (IIHF), à Federação Internacional de Curling (WCF), à Federação Internacional de Mushing (IFSS) e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma sociedade civil de direito privado, e de caráter desportivo, de fins não econômicos. Foi fundada no estado do Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1996 e está sediada desde 2013 no estado do Rio Grande do Sul, constituída pelos membros afiliados que pratiquem ou venham a praticar, no território brasileiro, as modalidades desportivas de inverno, e suas respectivas modalidades paralímpicas.

A CBDG, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todos os níveis, a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

As Demonstrações Contábeis sofreram alterações para melhor apresentação comparativa, não influenciando os resultados apurados e auditados de 2016 e do atual exercício.

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, como segue:



Descrição	Vida útil	Taxa de depreciação a.a.
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Equipamentos esportivos	10 anos	10%
Utensílios diversos	10 anos	10%

d. Passivo circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.



3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	944	944
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	80.305	104.734
Caixa Econômica Federal – COB	2	118
Bancos conta corrente	80.307	104.852
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	73.940	-
Caixa Econômica Federal – COB	308.046	212.996
Aplicações financeiras	381.986	212.996
	463.237	318.792

4. Outros créditos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Associação Brasileira de Hóquei no Gelo	-	98.000
Demais valores a receber	6.686	2.440
	6.686	100.440

Em 2017, a Entidade realizou a baixa do saldo de R\$ 98.000 e entende que a recuperabilidade do saldo poderá ser por vias judiciais. O saldo representava adiantamentos concedidos pela Entidade durante o exercício de 2010 para a Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, para manutenção dessa Associação.

5. Imobilizado

A principal prática do reconhecimento contábil do imobilizado e as taxas anuais estão descritos na nota explicativa nº 2, letra c. Em 31 de dezembro não foi possível mensurar o saldo da depreciação acumulada por cada item do imobilizado, a Entidade entende que envidará esforços nos exercícios seguintes para regularizar e melhor controlar os saldos do grupo do imobilizado.

6. Contas a pagar

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Carlos Henrique Dapoza Alvarez	250.000	250.000
Contas a pagar	3.860	3.600
Outros débitos com pessoa física	3.524	3.524
	<u><u>257.384</u></u>	<u><u>257.124</u></u>

7. Governamentais

Durante o exercício de 2017, a Confederação Brasileira de Desportos no Gelo recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 2.183.718 (R\$ 2.409.028 em 2016), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$ 198.828 (R\$ 219.416 em 2016), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados de 2017, ou devolvido ao COB.

8. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.

9. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

10. Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

11. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Desportos no Gelo recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa e em contrapartida do contas a pagar governamentais. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 2.183.718 (R\$ 2.409.028 em 2016) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio.

12. Despesas administrativas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com ocupação	31.011	47.399
Despesas com utilidades e serviços	319.325	515.135
Despesas com propaganda e publicidade	33.844	7.000
Despesas com ajuda de custo	709.799	730.540
Despesas com viagens e representações	352.539	273.779
	<u>1.446.518</u>	<u>1.573.853</u>

13. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração aos dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.